



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ



CONTRATO Nº 031/2010 (PMRC)

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2010 (PMRC)

CONTRATO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR

Pelo presente instrumento de Contrato Particular de Prestação de Serviços de Transporte Escolar que entre si fazem **O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO, ESTADO DO PARANÁ** e a empresa **HEIDIANA MARIA COSTA DA SILVA**, objetivando: *a concessão à pessoa jurídica, habilitada para transporte coletivo na área de transporte escolar, destinados a zona rural do município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, para prestar serviço à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, conforme percursos, quilometragens e valores máximos por item, contidos no Projeto Básico do Transporte Escolar, bem como nas condições estabelecidas pela Lei Municipal nº 143/99 e pelo Regulamento do Transporte Escolar, compreendendo 202 (duzentos e dois) dias letivos, todos do Edital de Pregão Presencial nº 001/2010 (PMRC).*

O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 75.449.579/0001-73, com sede à Rua Cel. Emílio Gomes, nº 731, nesta Cidade de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o Sr. **GERALDO MAURÍCIO ARAÚJO**, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº M-1.038.666-MG e inscrito no CPF/MF nº 089.954.609-97, pela Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a Professora **MARIA CRISTINA ROBERTO**, solteira, maior, capaz, funcionária pública municipal, portadora da Carteira de Identidade RG nº 4.119.060-4/SSP-PR e inscrita no CPF/MF nº 565.582.799-91, ambos brasileiros, residentes nesta cidade de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **HEIDIANA MARIA COSTA DA SILVA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 09.367.417/0001-61, com sede na Rua Cel. Joaquim Ribeiro Gomes, nº 899, Centro, Ribeirão Claro, Estado do Paraná, neste ato representada pela empresária a Srta. **HEIDIANA MARIA COSTA DA SILVA**, solteira, maior, capaz, empresária, portadora da Carteira de Identidade nº 8.719.851-0-PR e inscrito no CPF/MF nº 041.687.819-92, residente na Rua Cel. Joaquim Ribeiro Gomes, nº 899, Centro, Ribeirão Claro, Estado do Paraná, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justos e avençados, e celebram por força deste instrumento o presente Contrato, sujeitando-se às normas preconizadas na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e alterações posteriores inclusas na Lei nº 9.648/98, e no que consta a Lei Municipal nº 143/99, no Regulamento do Serviço de Transporte Escolar e no Edital de Pregão Presencial nº 001/2010 (PMRC), mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto deste Contrato a *a concessão à pessoa jurídica, habilitada para transporte coletivo na área de transporte escolar, destinados a zona rural do município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, para prestar serviço à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, conforme percursos, quilometragens e valores máximos por item, contidos no Projeto Básico do Transporte Escolar, bem como nas condições estabelecidas pela Lei Municipal nº 143/99 e pelo Regulamento do Transporte Escolar, compreendendo 202 (duzentos e dois) dias letivos*, conforme denominado nos Itens nº 9, 10, 11 e 20, com percurso diário total de 49,00 Km para o item 9, 31,50 Km para o item 10, 19 Km para o item 11 e 19,40 Km para o item 20, que serão percorridos durante os 202 (duzentos e dois) dias letivos determinados pela Secretaria Municipal de Educação (SMECE), bem como pelas condições contidas na Lei Municipal nº 143/99, no Regulamento do Serviço de Transporte Escolar e conforme especificações contidas no Edital de Pregão Presencial nº 001/2010 (PMRC), que juntamente com a Proposta do CONTRATADO, passam a fazer parte integrante deste instrumento independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ**



O prazo de vigência deste Contrato é compreendido entre 11 de Março de 2010 à 18 de Dezembro de 2010, correspondente a 202 (duzentos e dois) dias letivos.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

O valor ajustado entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO para realização do objeto contratado é de R\$ 1,34 (um real e trinta e quatro centavos) por quilômetro rodado para o item 9, totalizando o valor máximo de R\$ 13.263,32 (treze mil, duzentos e sessenta e três reais e trinta e dois centavos) pelos 49,00 Km diários; R\$ 1,34 (um real e trinta e quatro centavos) por quilômetro rodado para o item 10, totalizando o valor máximo de R\$ 8.526,42 (oito mil, quinhentos e vinte e seis reais e quarenta e dois centavos) pelos 31,50 Km diários; R\$ 1,34 (um real e trinta e quatro centavos) por quilômetro rodado para o item 11, totalizando o valor máximo de R\$ 5.142,92 (cinco mil, cento e quarenta e dois reais e noventa e dois centavos) pelos 19,00 Km diários; e R\$ 1,34 (um real e trinta e quatro centavos) por quilômetro rodado para o item 20, totalizando o valor máximo de R\$ 5.251,19 (cinco mil, duzentos e cinquenta e um reais e dezenove centavos) pelos 19,40 Km diários que serão pagos até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, sendo desse valor 60% (sessenta por cento) considerados como prestação de serviços propriamente dito (rendimento tributável), e os restantes 40% (quarenta por cento) considerados como manutenção (combustível e peças) do veículo utilizado (rendimento não tributável para fins de incidência de Imposto de Renda).

CLÁUSULA QUARTA: DO PAGAMENTO

O pagamento dos quilômetros rodados será efetuado mensalmente até o 15º (décimo quinto) dia útil subsequente à prestação dos serviços, devidamente atestado pela Coordenadoria dos Serviços observando-se a ordem cronológica do protocolo do pedido, conforme Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATANTE disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para efetuar o atesto, ou sujeitar os documentos de cobrança por erros ou incorreções em seu procedimento;

Parágrafo Segundo: A CONTRATANTE não fará nenhum pagamento ao CONTRATADO antes de paga ou relevada a multa que porventura lhe tenha sido aplicada.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para garantir o fiel e cabal cumprimento do objeto do presente Contrato, o CONTRATANTE se obriga a:

- a) Efetuar o pagamento na forma convencionada na Cláusula do presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades previstas;
- b) Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- c) Notificar a CONTRATADA, imediatamente sobre as faltas e defeitos observados na execução do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Para execução dos serviços objeto deste Contrato, a CONTRATADA se obriga a:

- a) Executar fielmente o objeto contratado conforme as especificações contidas na Lei Municipal nº 143/99 e do Regulamento do Serviço de Transporte Escolar;
- b) Reparar, corrigir, refazer as suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes das execuções dos serviços;
- c) Atender às determinações regulares do representante designado pela CONTRATANTE e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, bem como as de autoridade superior;
- d) Aceitar a ampliação ou redução do objeto contratado, nos limites estabelecidos no Art. 65 e seus parágrafos e incisos da Lei nº 8.666/93, na execução do Contrato, bem como, caso possível e haja interesse da administração o que determina o artigo 57, inciso II, também da Lei supra citada;
- e) Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato, assumindo total responsabilidade quando da execução dos serviços objeto do Edital. A CONTRATANTE através do órgão competente, notificará a CONTRATADA para reparar o dano causado no prazo que fixar;
- f) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do presente contrato, tais como:
 - salários;
 - seguros de acidentes;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ**



- taxas, impostos e contribuições;
- indenizações;
- encargos trabalhistas;
- encargos previdenciários;
- encargos fiscais;
- encargos comerciais;
- outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

g) Arcar com todas as despesas decorrentes dos serviços a serem executados, correndo por sua conta e risco a utilização de ferramentas, equipamentos, transportes, instrumentos e materiais necessários à execução dos serviços;

h) Utilizar exclusivamente pessoal habilitado à prestação dos serviços, objeto do Edital, sendo admitida a substituição por outro profissional de aptidão equivalente ou superior, previamente aprovado pela CONTRATANTE;

i) Fazer apresentação mensal das Guias de Recolhimento de INSS e FGTS (se for pessoa jurídica) e Certidão Negativa de Débitos Municipais (se for pessoa física);

j) Possuir seguro de responsabilidade civil obrigatório de transporte rodoviário;

k) Assumir integralmente qualquer tipo de indenização contra terceiros, proveniente da execução do serviço ora contratado;

l) Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;

m) Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por si ou por seus empregados, seja qual for, ainda que no recinto da CONTRATANTE;

n) Executar o serviço de modo satisfatório e de acordo com o Regulamento do Transporte Escolar – Lei Municipal nº 143/99 - Anexo II;

o) Cumprir os horários e itinerários fixados pelo Município;

p) Responder por si e por seus prepostos, por danos causados ao Município ou a terceiros por sua culpa ou dolo;

q) Cumprir as Leis, Portarias e Resoluções do Município;

r) Submeter os veículos trimestralmente a vistorias técnicas determinadas pelo Município;

s) Manter os veículos sempre limpos e em condições de segurança;

t) Arcar com as despesas referentes aos serviços objeto da presente licitação, inclusive os Tributos Municipais, Estaduais e Federais incidentes sobre os serviços prestados;

u) Manter, durante todo o prazo de vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação compatíveis com a obrigação assumida;

v) Adequar os veículos a serem utilizados no transporte escolar às determinações do Código Nacional de Trânsito, mormente a exigência de possuir, na traseira e nas laterais de sua carroçaria, em toda a sua extensão, faixa horizontal amarela, pintada a meia altura, na qual se inscreverá o Dístico "Escolar";

w) Ter instalado, em cada veículo executante do transporte escolar, equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira, além de cintos de segurança em número igual à lotação;

x) Prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos alunos, conforme estabelecido no regulamento do transporte escolar respeitando rigidamente os trechos dos itinerários e de modo a satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação, devendo para tanto, procurar modernizar seus veículos, e mantê-los em bom estado de conservação, bem como realizar as obrigações que lhe competem.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESCISÃO UNILATERAL

A CONTRATADA reconhece os direitos de rescisão unilateral deste feito por parte da CONTRATANTE nos termos dispostos no artigo 79, inciso I e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, inclusa a Lei nº 9.648/98.

CLÁUSULA OITAVA: DOS ENCARGOS

Todos os encargos decorrentes da execução do presente Contrato sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, civis, criminais e outras, serão de responsabilidade exclusivas da CONTRATADA.



CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro: Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93, poderá ser concedido, transcorrido no mínimo 30 (trinta) dias letivos do prazo de vigência do contrato, reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pelo contratado, desde que documental e suficientemente comprovado o desequilíbrio contratual.

Parágrafo Segundo: Toda vez que houver elevação oficial no preço dos combustíveis o valor do quilômetro rodado sofrerá oscilação do preço para os veículos movidos a gasolina, álcool ou diesel, usando como base de cálculo o valor do combustível na data da licitação vezes (x) 50% (cinquenta por cento) do reajuste aplicado ao combustível, dividido (/) pela média de consumo de cada tipo de veículo (ônibus diesel 3 km; Kombi gasolina 6 km; Kombi álcool 5 Km e Van diesel 6 km), mais (+) o valor pago pelo quilômetro rodado.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA CONTRATUAL

Como garantia de execução plena do objeto e fiel cumprimento dos termos deste Contrato, a CONTRATANTE terá a garantia de executar a CONTRATADA no caso de rescisão determinada por ato unilateral para ressarcimento e indenizações a ela devida, bem assim no caso de aplicação de multas após regular processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA garantida a prévia defesa:

a) Multa - A não observância do prazo de execução dos serviços pela adjudicatária implicará multa à (Pessoa Física) CONTRATADA na razão de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor global do Contrato, por dia que exceder aos prazos estipulados, bem como multas na forma da Lei e no seu mais alto valor percentual permitido, em decorrência do não cumprimento de outras cláusulas contratuais, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificado pela (Pessoa Física) CONTRATADA e comprovado pela CONTRATANTE, dentro do prazo estipulado no Contrato;

b) As penalidades aplicadas com base na Lei Municipal nº 143/99 e no Regulamento do Serviço de Transporte Escolar, não se confundem com as prescritas em outras legislações, como também não elidem quaisquer responsabilidades de natureza civil ou criminal perante terceiros;

c) Cabe à administração aplicar o que estabelece o artigo 87 da Lei nº 8.666/93, ou seja "sendo que no caso de multa, esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato";

Parágrafo Único: A importância correspondente à multa deverá ser recolhida junto à Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, em 48 (quarenta e oito) horas ou o valor ser descontado das faturas a serem pagas. Os motivos de força maior, caso justificado até o 8º (oitavo) dia posterior à ocorrência, poderão a critério e juízo da CONTRATANTE, relevar as multas aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

Este Contrato poderá ser rescindido por mútuo consentimento das partes ou unilateralmente pelo CONTRATANTE, mediante notificação à CONTRATADA, na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos Incisos I e XII e XVII do Art. 78 e do Art. 77 da Lei nº 8.666/93, ou ainda judicialmente, nos termos da Legislação pertinente, bem como pelo estabelecido na Lei Municipal nº 143/99 e no Regulamento do Serviço de Transporte Escolar.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e acompanhamento do presente contato será realizada pelo Sr. Frederico Augusto Zirolto, portador da Carteira de Identidade RG nº 507.072-0-PR e inscrito no CPF/MF nº 041.459.119-46, Auxiliar Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e exercer em toda a sua plenitude e ação fiscalizadora de que trata a Lei nº 8.666/93, bem como a Lei Municipal nº 143/99.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, ou ainda resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório e na ocorrência desse, não implica em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes prepostos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ**



Parágrafo Segundo: A CONTRATANTE se reserva ao direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se considerados em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados na proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: OS DADOS DO CONTRATO

Os dados do Contrato são decorrentes do Edital de Pregão Presencial nº 001/2010 (PMRC).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: CASOS OMISSOS

Os casos omissos deste Contrato reger-se-ão pela Lei nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, pelos Decretos Federais nº 3.931, de 19 de Setembro de 2001 e nº 4.342, de 23 de Agosto de 2002, pela Lei Municipal nº 255, de 19 de Abril de 2006, pelo Decreto Municipal nº 356, de 23 de Agosto de 2007, aplicando-se subsidiariamente no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações posteriores, pelo Edital de Pregão Presencial nº 001/2010 (PMRC), pela Lei Municipal nº 143/99, pelo Regulamento do Serviço de Transporte Escolar e demais Legislações aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO

O presente instrumento será publicado em resumo, no Órgão Oficial do Município, consoante dispõe o Art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Contrato ocorrerão à conta dos recursos financeiros da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, que segue:

Org/ Uni	Classificação Orçamentária					Classificação Econômica	Despesa	Fonte Recurso	Descrição Fonte Recurso	Descrição Despesa
0401	12	361	12	2	11	33903303	839	1102	FUNDEB 40% - Exercício corrente	Despesas com Transporte Escolar

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO

O foro do presente Contrato será o da Comarca de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas oriundas da execução do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e pactuados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de testemunhas abaixo arroladas pela sua validade e eficácia jurídica.

Ribeirão Claro-Pr, 11 de Março de 2010.

Geraldo Maurício Araújo
Prefeito

Heidiana Maria Costa da Silva
Heidiana Maria Costa da Silva – Contratada

Testemunhas:

Maria Cristina Roberto
Sec Mun de Educação, Cultura, Esportes e Lazer

Frederico Augusto Zioldo
Gestor do Contrato

Visto Departamento Jurídico

CINTIA A DE ALMEIDA DA SILVA
Advogada - OAB/PR 41 023
dra.cintiaalmeida@hotmail.com

MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MIDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2010

LS 9.949/06, Art. 72 - Anexo X

RECEITAS DE EMPÓSTOS (Cajucut do art. 212 da constituição)

RECEITAS DE EMPÓSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	NO BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE (b)	% (b/a)
1 - RECEITA DE EMPÓSTOS	441.257,86	441.257,86	31.489,52	31.489,52	6,91
1.1 - Receita resultante do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	74.789,30	74.789,30	3.361,38	3.361,38	4,50
1.1.1 - IPTU	48.034,83	48.034,83	0,00	0,00	0,00
1.1.2 - Multas, juros de mora e outros encargos do IPTU	6.289,29	6.289,29	591,41	591,41	9,40
1.1.3 - Dívida ativa do IPTU	15.729,00	15.729,00	2.768,97	2.768,97	17,61
1.1.4 - Multas, juros de mora, atualização monetária e outros encargos de dívida ativa do IPTU	4.716,18	4.716,18	0,00	0,00	0,00
1.1.5 - (-) Deduções da receita do IPTU	246.164,30	246.164,30	16.716,80	16.716,80	6,79
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITR	235.945,91	235.945,91	16.716,80	16.716,80	7,09
1.2.1 - ITR	4.716,18	4.716,18	0,00	0,00	0,00
1.2.2 - Multas, juros de mora e outros encargos do ITR	788,03	788,03	0,00	0,00	0,00
1.2.3 - Dívida ativa do ITR	4.716,18	4.716,18	0,00	0,00	0,00
1.2.4 - Multas, juros de mora, atualização monetária e outros encargos de dívida ativa do ITR	31.812,88	31.812,88	1.938,42	1.938,42	5,73
1.2.5 - (-) Deduções da receita do ITR	23.594,49	23.594,49	0,00	0,00	0,00
1.3 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	4.716,18	4.716,18	0,00	0,00	0,00
1.3.1 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	788,03	788,03	0,00	0,00	0,00
1.3.2 - Multas, juros de mora e outros encargos do ISS	4.716,18	4.716,18	1,44	1,44	0,03
1.3.3 - Dívida ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4 - Multas, juros de mora, atualização monetária e outros encargos de dívida ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5 - (-) Deduções da receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	86.511,38	86.511,38	8.454,92	8.454,92	9,77
1.4.1 - IRRF	86.511,38	86.511,38	0,00	0,00	0,00
1.4.2 - Multas, juros de mora e outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3 - Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4 - Multas, juros de mora, atualização monetária e outros encargos de dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5 - (-) Deduções da receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1 - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2 - Multas, juros de mora e outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3 - Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4 - Multas, juros de mora, atualização monetária e outros encargos de dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5 - (-) Deduções da receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	5.099.812,59	5.099.812,59	888.721,25	888.721,25	17,38
2.1 - Contribuição FPM	4.092.434,48	4.092.434,48	686.795,52	686.795,52	17,00
2.1.1 - Parcela referente à CF. art. 159, I, alínea b	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2 - Parcela referente à CF. art. 159, I, alínea d	4.092.434,48	4.092.434,48	686.795,52	686.795,52	17,00
2.2 - Contribuição ICMS	786.866,69	786.866,69	180.247,76	180.247,76	22,92
2.2.1 - ICMS - Destinação LC. nº 87/1996	62.918,98	62.918,98	1.529,98	1.529,98	2,41
2.2.2 - ICMS - Destinação LC. nº 87/1996	39.324,49	39.324,49	3.820,75	3.820,75	9,72
2.2.3 - ICMS - Destinação LC. nº 87/1996	47.188,98	47.188,98	7.068,22	7.068,22	14,98
2.3 - Contribuição IPVA	31.458,97	31.458,97	9.459,02	9.459,02	30,07
2.3.1 - Contribuição IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.2 - Contribuição IPVA	31.458,97	31.458,97	9.459,02	9.459,02	30,07
3 - TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (142)	5.501.070,45	5.501.070,45	929.190,77	929.190,77	16,89

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 030/2010 - (PMRC)
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2010 (PMRC)
Objeto: A concessão à pessoa jurídica, habilitada para transporte coletivo na área de transporte escolar, destinados a zona rural do município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, para prestar serviço à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, conforme percursos, quilômetros e valores máximos por item, contidos no Projeto Básico do Transporte Escolar, bem como nas condições estabelecidas pela Lei Municipal nº 143/99 e pelo Regulamento do Transporte Escolar, compreendendo 202 (duzentos e dois) dias letivos.
Contratada: ALAOR ANTONIO CHIAROTTI-ME
CNPJ/MF: 11.387.447/0001-81
Valor: R\$ 36.866,61 (trinta e seis mil, oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e um centavos)
Pagamento: Mensalmente até o 15º dia útil, subsequente a prestação de serviços
Vigência: 11 de março de 2010 a 18 de dezembro de 2010.
Assinatura: 11 de março de 2010.
Foro: Ribeirão Claro, Estado do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO
ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2010 - (PMRC)
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2010 (PMRC)
Objeto: A concessão à pessoa jurídica, habilitada para transporte coletivo na área de transporte escolar, destinados a zona rural do município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, para prestar serviço à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, conforme percursos, quilômetros e valores máximos por item, contidos no Projeto Básico do Transporte Escolar, bem como nas condições estabelecidas pela Lei Municipal nº 143/99 e pelo Regulamento do Transporte Escolar, compreendendo 202 (duzentos e dois) dias letivos.
Contratada: HEIDIANA MARIA DA COSTA DA SILVA
CNPJ/MF: 09.367.417/0001-61
Valor: R\$ 32.183,85 (trinta e dois mil, cento e oitenta e três reais e cinco centavos)
Pagamento: Mensalmente até o 15º dia útil, subsequente a prestação de serviços
Vigência: 11 de março de 2010 a 18 de dezembro de 2010.
Assinatura: 11 de março de 2010.
Foro: Ribeirão Claro, Estado do Paraná.